

DF não anda bem de saúde e PMDB quer novo rumo

Pressão do Entorno compromete capacidade hospitalar e especialistas debatem saídas futuras

DAVIERMERICH
Da Editoria de Cidade

Para onde vai a saúde do Distrito Federal e de seu entorno? Será justamente esta pergunta que a Fundação Pedroso Horta, do PMDB/DF, juntamente com mais 13 entidades de classe, tentará responder nos dias 12 e 13 deste mês, quando se realizará o encontro do Sindicato dos Professores, sempre a partir das 19 horas.

O seminário, tem como objetivo a elaboração de um documento democrático para servir de instrumento de ação e cobrança política da população e entidades promotoras do evento frente ao futuro governo do Distrito Federal.

Assegura Leandro Ama-

ral, presidente da Fundação Pedroso Horta, que o simpósio, tentará buscar caminhos concretos para resolver os impasses na área da saúde, particularmente na região do entorno. A pressão destas áreas sobre a rede da Fundação Hospitalar é crescente e se alguma medida não for tomada nos próximos anos, esta situação poderá ficar insustentável. Estima-se que cerca de 30 por cento dos atendimentos da Fundação Hospitalar, sobretudo no setor de emergência, têm origem nos municípios de Goiás e Minas Gerais.

Debaterão no dia 12 os secretários de Saúde dos Estados envolvidos: Tito Figueiroa (Brasília), Dario Tavares (Minas Gerais) e Ronei Edmar Ribeiro (Goiás). Estará presente também o deputado Euclides Sealco (PMDB/PR),

um dos nomes mais cotados para ocupar o Ministério da Saúde.

No dia 13, será a vez das entidades promotoras de encontro. Algumas delas prepararam documentos abordando vários aspectos da estrutura da saúde local, como a medicina ocupacional, a democratização dos hospitais, integração de serviços nas unidades públicas e maior investimento nos estabelecimentos das cidades-satélites.

Uma outra questão deverá ser sobejamente debatida na quarta-feira: os sindicatos da área médica exigem o fim do policiamento na Fundação e, por isso, reivindicam a eleição, pelo voto direto, tanto dos diretores de hospitais, quando de diretores de centros de saúde e chefes de unidade. E a nova República chegando ao Distrito Federal.

Médico quer democracia no comando

Nos debates sobre a saúde em Brasília serão formuladas várias propostas novas para o próximo governo do Distrito Federal e uma delas deverá ser apresentada pelo diretor do Sindicato dos Médicos, Carlos Saraiva e Saraiva. Na sua opinião, faz-se urgente deixar de lado a idéia de que apenas a Fundação Hospitalar deve cuidar dos problemas de saúde da população, estendendo esta responsabilidade a outras unidades públicas pertencentes ao INPS e às próprias organizações populares.

Para justificar este argumento, Carlos Saraiva e Saraiva reconhece que a saúde em Brasília está bem equacionada e pronta para funcionar bem. Entretanto, inclusive para evitar a dispersão de recursos, o próximo governo precisaria trabalhar no sentido de aumentar a integração de serviços, hoje totalmente segmentados e apresentando pouca eficiência.

Dentro desta proposta, depois de superar problemas de caráter administrativo e político, o governo montaria um programa onde cada unidade de saúde teria uma função definida. Assim, o Hospital de Base poderia assumir algumas

especialidades, capacitando-se ainda mais para isso, distribuindo outras para estabelecimentos do Inamps ou da própria Fundação. Até mesmo equipamentos poderiam ser transferidos de uma unidade para outra, buscando-se uma maior eficiência no atendimento.

Ao mesmo tempo, Saraiva e Saraiva entende que uma outra medida intransferível é a adequação do sistema de saúde de Brasília de acordo com os vários níveis de atendimento. Para ele, se a concepção de saúde iniciada na gestão Frejat baseada na complexidade crescente e dando um certo destaque à medicina primária, foi correta, ela foi encaminhada de forma contraditória, ao ponto de transformar os hospitais regionais em verdadeiros pronto-socorros. Para seguir o cronograma correto, Saraiva concorda que os centros devem dar o atendimento primário; os hospitais regionais, o atendimento de 2º nível, ficando para o HBB apenas aqueles casos mais graves e que exijam atendimentos mais sofisticados.

Referindo-se ao tema do simpósio, Saraiva e Saraiva também acredita que um dos górdios e nós da

saúde em Brasília está diretamente vinculado ao entorno. Os pacientes dos vários municípios que se colocam nos limites do Distrito Federal pressionam excessivamente o Hospital de Base e particularmente o Hospital do Gama, contribuindo para diminuir a qualidade no atendimento. Os casos de tuberculose mais graves verificados ultimamente nas unidades da Fundação, segundo Saraiva, vêm destas regiões, uma vez que esse tipo de doença, a nível de Brasília, já não exige nem mesmo a internação.

Para o sistema funcionar com maior perfeição, o diretor do Sindicato dos Médicos acha que é necessário melhorar ainda mais o relacionamento entre as chefias e as profissionais da saúde, bem como estreitar os laços com a própria população. Atualmente — ainda conforme Saraiva — há um distanciamento inexplicável entre a população e os próprios saúde, esvaziando o conceito de medicina comunitária e primária. Esta exigência — continua Saraiva — aumentou principalmente após a abertura do diálogo por parte da própria Fundação, representada na pessoa de Tito Figueiroa.

Estudo propõe novo enfoque social

Uma possível reformulação do sistema de saúde de Brasília, com o próximo Governo, vai trazer à cena um novo personagem: os trabalhadores. Pelo menos esta é uma das preocupações do Sindicato dos Médicos que, através de alguns de seus diretores, preparou e vai apresentar um estudo propondo a definição de uma política ocupacional e cuidados primários de saúde, voltada também em direção à chamada medicina do trabalho.

Este estudo apresenta alguns conceitos novos não muito comuns nos programas oficiais que levaram ao estabelecimento do atual sistema de saúde de Brasília. O documento consegue explicitar que muitas doenças originam-se, basicamente, em determinados ambientes de trabalho, afetando mais os assalariados daquela empresa do que a comunidade em geral. Na área agrícola, o manejo de inseticidas e de

inúmeros produtos químicos gera uma multiplicidade de moléstias que poderiam ser minoradas se constassem com um acompanhamento específico.

O documento faz ainda uma outra avaliação reveladora. Ao contrário das grandes empresas, que teoricamente têm condições de manter esquemas médicos próprios, as pequenas empresas não dão aos seus funcionários qualquer tipo de acompanhamento. Desta forma, seria imprescindível a adoção da medicina ocupacional, desenvolvida a nível primário junto às dezenas de centros de saúde já espalhados pelo Distrito Federal.

Com pequenas reformulações e investimentos, os agentes dos centros de saúde poderiam fazer um cadastramento específico de trabalhadores, acompanhando de perto algumas moléstias vinculadas ao ambiente de trabalho. Por outro lado, os trabalhado-

res e os profissionais da saúde poderiam formar conselhos para debater o assunto, sempre na perspectiva de formular novos conceitos que ajudassem na superação de algumas distorções verificadas nos dias correntes.

Os autores do estudo não jogam toda a responsabilidade desta nova proposta sobre médicos. Segundo eles, é necessário que todo trabalhador receba treinamento de segurança e saúde ocupacional, para que possa desenvolver as suas atividades sem riscos, passando também pelo treinamento de supervisores das empresas.

Com o estabelecimento de uma política de saúde ocupacional, os acidentes de trabalho tenderiam a diminuir sensivelmente. Este trabalho de conscientização dos riscos se daria justamente na relação democrática entre os interessados e a comunidade médica.